



**POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**

CFO/2026

(Edital DRH/CRS nº 11/2025, de 05 de setembro de 2025)

GABARITO PRELIMINAR

1^a QUESTÃO	A	B	C	D
2^a QUESTÃO	A	B	C	D
3^a QUESTÃO	A	B	C	D
4^a QUESTÃO	A	B	C	D
5^a QUESTÃO	A	B	C	D
6^a QUESTÃO	A	B	C	D
7^a QUESTÃO	A	B	C	D
8^a QUESTÃO	A	B	C	D
9^a QUESTÃO	A	B	C	D
10^a QUESTÃO	A	B	C	D
11^a QUESTÃO	A	B	C	D
12^a QUESTÃO	A	B	C	D
13^a QUESTÃO	A	B	C	D
14^a QUESTÃO	A	B	C	D
15^a QUESTÃO	A	B	C	D
16^a QUESTÃO	A	B	C	D
17^a QUESTÃO	A	B	C	D
18^a QUESTÃO	A	B	C	D
19^a QUESTÃO	A	B	C	D
20^a QUESTÃO	A	B	C	D
21^a QUESTÃO	A	B	C	D
22^a QUESTÃO	A	B	C	D
23^a QUESTÃO	A	B	C	D
24^a QUESTÃO	A	B	C	D
25^a QUESTÃO	A	B	C	D

26^a QUESTÃO	A	B	C	D
27^a QUESTÃO	A	B	C	D
28^a QUESTÃO	A	B	C	D
29^a QUESTÃO	A	B	C	D
30^a QUESTÃO	A	B	C	D
31^a QUESTÃO	A	B	C	D
32^a QUESTÃO	A	B	C	D
33^a QUESTÃO	A	B	C	D
34^a QUESTÃO	A	B	C	D
35^a QUESTÃO	A	B	C	D
36^a QUESTÃO	A	B	C	D
37^a QUESTÃO	A	B	C	D
38^a QUESTÃO	A	B	C	D
39^a QUESTÃO	A	B	C	D
40^a QUESTÃO	A	B	C	D
41^a QUESTÃO	A	B	C	D
42^a QUESTÃO	A	B	C	D
43^a QUESTÃO	A	B	C	D
44^a QUESTÃO	A	B	C	D
45^a QUESTÃO	A	B	C	D
46^a QUESTÃO	A	B	C	D
47^a QUESTÃO	A	B	C	D
48^a QUESTÃO	A	B	C	D
49^a QUESTÃO	A	B	C	D
50^a QUESTÃO	A	B	C	D

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2026.

**(a) JUARÍ ALEXANDRE SANTOS, TEN CEL PM
CHEFE DO CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**



POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, PARA O ANO DE 2026 (CFO/2026).

CFO/2026
(Edital DRH/CRS nº 11/2025, de 05 de setembro de 2025)

Língua Portuguesa – Noções de Língua Inglesa – Raciocínio Lógico-Matemático – Direito Constitucional – Direito Penal – Direito Processual Penal – Direito Administrativo – Direito Civil e Direito Processual Civil – Legislação Extravagante e Direitos Humanos.

NOME: _____
CPF: _____ **IDENTIDADE:** _____
NR PM: _____ **SALA:** _____
DATA: _____.

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Prova sem consulta.
3. Esta prova contém 50 (cinquenta) questões, valendo 2,00 (dois) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma opção de resposta.
5. Responda as questões e marque a opção na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
6. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas, sendo que, as questões rasuradas, bem como, as em branco ou com mais de uma marcação não serão computadas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para realização das provas de conhecimento será de 4 (quatro) horas, incluindo o preenchimento da folha de respostas e transcrição da redação. A folha de respostas (gabarito) será recolhida de todos os candidatos após decorridas 03 (três) horas de prova.
8. É proibido o porte/posse de lápis, lapiseira, borracha, corretivos, de aparelhos e equipamentos eletrônicos, computadores, máquinas calculadoras, telefones celulares, relógios de qualquer tipo, alarmes de veículos, chaves ou outros similares.
9. Em regra, após iniciada a prova objetiva, os candidatos não poderão deixar a sala de provas e a esta retornar, exceto, se devidamente acompanhados por fiscal do concurso para uso de sanitários ou bebedouros e, ainda assim, somente no intervalo de tempo entre 09h30 e 11h30.
10. Será fixado em 03 (três) horas o período de sigilo a partir do início da prova, no qual os candidatos não poderão deixar o estabelecimento de aplicação da prova objetiva, sob pena de eliminação do processo de seleção.
11. Após decorrido o período de sigilo, o candidato poderá levar o caderno de prova. Os cadernos que não forem levados serão recolhidos e destruídos ou destinados à reciclagem pelo CRS.
12. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de redação e o caderno de provas, devidamente preenchidos, conferidos e assinados.
13. O gabarito da prova objetiva será publicado no site do CRS (<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/site/crs>) e servirá de base/objeto para o recurso.

Assinatura do Candidato

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente os textos abaixo e, em seguida, responda às questões propostas.

TEXTO I

Polícia Militar prende 432 autores de violência doméstica em Minas

Prisões são resultados da Operação Agosto Lilás, que teve como objetivo potencializar as ações voltadas ao enfrentamento à violência contra a mulher

Ao longo do mês de agosto, a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), por meio das Radiopatrulhas de Proteção à Mulher (RpPM), realizou cerca de 5 mil operações de prevenção à violência doméstica em Minas, que resultaram na prisão de 432 autores, sendo 198 decorrentes de mandados de prisão em aberto e o restante em flagrante, todos com passagens por violência doméstica. No total, foram cerca de 3.600 abordados ao longo do mês.

A iniciativa fez parte da Operação Agosto Lilás, que teve como objetivo potencializar as ações voltadas ao enfrentamento à violência contra a mulher, reafirmando o compromisso da Instituição com a defesa dos direitos fundamentais e a promoção da segurança e bem-estar da população mineira, em especial das mulheres.

Também foram realizadas cerca de 1.400 visitas preventivas pelas RpPM com base no Protocolo de Segunda Resposta, voltado tanto às mulheres vítimas de violência quanto aos autores de violência doméstica, além de distribuição de materiais educativos, 202 reuniões com os órgãos da Rede de Enfrentamento e 677 palestras sobre o tema.

Segundo a chefe do Centro de Jornalismo Policial da PM, major Layla Brunnella, as prisões aconteceram nas 19 Regiões de Polícia Militar, tendo o maior volume de presos em Belo Horizonte, um total de 32. Ainda segundo a major, os mandados de prisão foram decorrentes de uma ação conjunta com a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (Ficco) que analisou um banco de dados com indivíduos com passagens por crimes diversos, entre eles de violência doméstica.

“A Polícia Militar mantém um trabalho contínuo para a proteção da mulher, sendo intensificado ao longo do mês de agosto, e as prisões reforçam o combate ao autor que precisa ser penalizado e entender as consequências de suas ações”, destacou.

Prevenção à Violência Doméstica

Desde 2010, a Polícia Militar mantém o serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD), por meio das Radiopatrulhas de Proteção à Mulher (RpPM).

Atualmente, o serviço de Prevenção à Violência Doméstica está presente de maneira fixa em 172 municípios mineiros, com os demais sendo atendidos por Radiopatrulhas capacitadas.

“Pelo fato de estar nas ruas ostensivamente e presente nos 853 municípios, a Polícia Militar é a principal porta de entrada das ocorrências de violência doméstica. Cabe destacar também que 100% da nossa tropa é treinada e atualizada para atendimento às questões relacionadas ao tema e, principalmente, no acolhimento à vítima”, finalizou a major.

AGÊNCIA MINAS. Polícia Militar prende 432 autores de violência doméstica em Minas. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/policia-militar-prende-432-autores-de-violencia-domestica-em-minas>. Acesso em 04 de set. de 2025.

TEXTO II



MOTTA, Nando. Projeto: Em briga de marido e mulher, meta a colher e salve a mulher! Disponível em: <https://pt.quizur.com/trivia/projeto-em-briga-de-marido-e-mulher-meta-a-colher-e-salve-a-mulher-Qx05>. Acesso em 04 de set. de 2025.

1ª QUESTÃO – Em relação ao texto I, analise as seguintes assertivas e responda ao que se pede.

- I. O título anuncia e sintetiza a notícia de forma direta, informativa, mostrando uma ação imediata, eficaz e de interesse público. A linha fina amplia essa informação.
- II. No texto I, o predomínio da linguagem denotativa, impacta o leitor emocionalmente, sobretudo pela subjetividade expressa nas falas da Major Layla.
- III. O primeiro parágrafo da notícia, que pode ser chamado de lide, frustra as expectativas do leitor, pois não tem relação explícita com a manchete. O leitor se depara com informações complexas, infundadas e imensuráveis.
- IV. A ação denominada *Agosto Lilás* se refere a um evento pontual e sazonal, que não inviabiliza as atividades rotineiras e perenes da Corporação voltadas à prevenção à violência doméstica.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

2ª QUESTÃO – Marque a alternativa que apresenta a informação **ERRADA** em relação ao texto II.

- A. () A sucessão das imagens, a partir do segundo quadro, vai de encontro à ideia que completa as reticências contidas no fragmento no primeiro quadro.
- B. () Trata-se de um texto que combina código verbal e não-verbal, havendo predomínio do primeiro sobre o segundo, como forma de enfatizar o tema em questão.
- C. () A *colher* denota a ideia de abjuncão, sugerindo a necessidade de que terceiros se envolvam em conflitos relacionados à violência doméstica, com o fito de proteger as vítimas e promover a justiça.
- D. () Trata-se de um texto que, por suas características, é um gênero híbrido, multimodal e multissemiótico, no qual os códigos se combinam para dar sentido à produção.

3ª QUESTÃO – Considere o seguinte enunciado:

Governantes, policiais, vizinhos, familiares, enfim, todos **temos** o dever de proteger as vítimas da violência doméstica.

Sobre a palavra destacada, quanto à estilística, está **CORRETO** afirmar.

- A. () Trata-se de um anacoluto.
- B. () Trata-se de uma silepse de número.
- C. () Trata-se de um pleonasmo vicioso.
- D. () Trata-se de uma concordância ideológica de pessoa.

4ª QUESTÃO – Analise a seguinte oração e depois marque alternativa **CORRETA**.

A Polícia Militar prendeu mais de quatrocentos autores de violência doméstica em Minas.

Ao ser reescrita na voz passiva analítica, de acordo com a gramática normativa da Língua Portuguesa, a oração ficará assim:

- A. () Mais de quatrocentos autores de violência doméstica foram presos pela Polícia Militar em Minas.
- B. () Prende-se mais de quatrocentos autores de violência doméstica em Minas.
- C. () Mais de quatrocentos autores de violência doméstica foram prendidos pela Polícia Militar em Minas.
- D. () Prenderam-se mais de quatrocentos autores de violência doméstica em Minas.

5ª QUESTÃO – Marque a alternativa cujas palavras completam, **CORRETAMENTE**, na ordem de cima para baixo, as lacunas dos períodos abaixo.

- I. O policial chegou e _____ vítima, levando-a ao hospital.
 - II. A mulher disse que o companheiro foi muito _____ naquele dia.
 - III. Os vizinhos afirmaram que o homem sempre foi _____.
 - IV. A vítima conseguiu pedir ajuda, ao perceber que o perigo era_____.
 - V. Pela_____ do agressor informada pela vítima, não seria difícil encontrá-lo.
- A. () assistiu a - maldoso - mau - iminente - descrição
 - B. () assistiu a - maudoso - mal - iminente - descrição
 - C. () assistiu à - maudoso - mau - eminent - descrição
 - D. () assistiu à - maldoso - mal - eminent - descrição

NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA

Read text I and then answer the questions below.

TEXT I

“Through the Law Enforcement Officers Killed and Assaulted (LEOKA) Data Collection, the FBI provides data and training that helps keep law enforcement officers safe as they protect the nation’s communities. The goal is to provide relevant, high quality, potentially lifesaving information to law enforcement agencies focusing on why an incident occurred, as opposed to what occurred during the incident, with the hope of preventing future incidents. The data collected is analyzed by the LEOKA team and the results are incorporated into the officer safety awareness training the FBI provides for partner agencies.

LEOKA’S Three-Tier Approach

LEOKA has a three-tier approach in order to fulfill its mission and promote officer safety awareness to the law enforcement community nationwide:

- Data collection: Data on line-of-duty deaths and assaults are collected from participating agencies across the country through the FBI’s Uniform Crime Reporting (UCR) Program, and the recent expansion of the data collection methods are providing even more facts that can be studied by experts and officer safety trainers in order to tailor training to real world circumstances. The data are also published annually in the Bureau’s Law Enforcement Officers Killed and Assaulted report.
- Research: Over the years, researchers led by the LEOKA Data Collection have been conducting in-depth research using UCR data collected regarding incidents in which officers are killed or assaulted. The published research gives officers a sharper understanding of what types of scenarios and circumstances have resulted in fatalities and assaults. These articles and publications also contain information obtained through extensive interviews with officers and offenders involved in critical incidents to develop lessons learned, trends and curriculum development for the FBI’s Officer Safety Awareness Training (OSAT).
- Training: The objective of the Bureau’s OSAT, which has been provided to thousands of our law enforcement partners in the U.S. and abroad, is to assist law enforcement managers, trainers, and personnel with identifying issues and circumstances that may contribute to officer deaths and assaults and help prevent them. Data has shown an increase in ambushes on our nation’s law enforcement officers. As a result, LEOKA trainers are studying the data with the purpose of shaping future training to help reverse this trend with information and education.

LEOKA Criteria

The data collected under the auspices of the LEOKA Data Collection involves law enforcement officers who meet a certain set of criteria established by the FBI.

General Criteria

The publishable data pertains to felonious deaths, accidental deaths, and assaults of duly sworn city, university and college, county, state, tribal, and federal law enforcement officers who, at the time of the incident, met the following criteria:

- Wore/carried a badge (ordinarily)
- Carried a firearm (ordinarily)
- Were duly sworn and had full arrest powers

- Were members of a law enforcement agency
- Were acting in an official capacity, whether on or off duty, at the time of the incident
- If killed, the deaths were directly related to the injuries received during the incidents.”

Source (adapted): Federal Bureau of Investigation - FBI. Available at: <https://www.fbi.gov/how-we-can-help-you/more-fbi-services-and-information/ucr/leoka> Accessed on: September 08, 2025.

6ª QUESTÃO – According to Text I, what is the FBI's main aim with “LEOKA Data Collection”?

- () To teach law enforcement officers how to respond on duty during an ambush, instructing them in personal defense techniques, like firearm use for self-defense and close combat.
- () To find out how many law enforcement officers have been victims of violent crimes while on duty in recent years.
- () To provide information to law enforcement agencies, focusing on why an incident occurred rather than on what happened during the incident.
- () To find out what happened during the incident, using a three-tiered approach: data collection, research, and training.

7ª QUESTÃO – According to the text, the publishable data from the LEOKA Data Collection refers to law enforcement officers who were killed or assaulted and who, at the time of the incident, were, **EXCEPT**:

- () Officially sworn and had full arrest authority.
- () Carrying a badge.
- () Acting in an official capacity, exclusively on duty, at the time of the incident.
- () Killed, and the deaths were a direct result of the injuries from the incidents.

8ª QUESTÃO – Choose the alternative that best matches the meaning of the word “**badge**” as used in the sentence:

“Wore/carried a **badge** (ordinarily).”

- () Weapon.
- () Shield.
- () Handcuff.
- () Uniform.

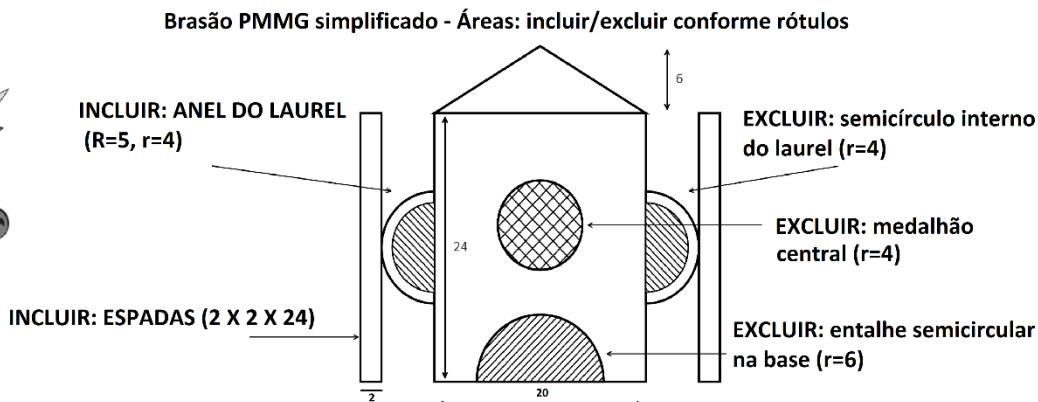
9ª QUESTÃO – All the alternatives match the meaning of the word “**awareness**” as used in the sentence, **EXCEPT**:

“*The data collected is analyzed by the LEOKA team and the results are incorporated into the officer safety awareness training the FBI provides for partner agencies.*”

- () Alertness.
- () Consciousness.
- () Perception.
- () Obliviousness.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

10ª QUESTÃO – O brasão da Polícia Militar de Minas Gerais é uma representação heráldica que condensa, em sua forma e composição, os valores históricos, a tradição militar e a identidade simbólica da Corporação. Ao centro: o escudo tradicional da PMMG. Acima dele: o capacete dos Dragões da Inconfidência. Ao fundo: duas espadas cruzadas. Ao redor: folhagens ornamentais. Para cálculo, visando plotagem em viaturas, fachadas e edificações da Corporação, é necessário que a forma seja simplificada para desenhos geométricos mais simples e com a mesma área total, de forma a se calcular a área aproximada que será plotada.



LEGENDA

- INCLUIR na área (ex.: anel dos laureis, espadas)
- EXCLUIR (vazado) - entalhe semicircular
- EXCLUIR (vazado) - medalhão central
- EXCLUIR (vazado) - semicírculo interno do laurel (r=4)

O Brasão da PMMG simplificado é representado pela figura acima e composto por:

- I. Escudo, um retângulo de 20 m x 24 m, com duas áreas vazadas internas: a.1) - entalhe semicircular (raio 6 m) na base e a.2) - medalhão central (círculo de raio 4 m);
- II. Um triângulo isósceles superior (base 20 m, altura 6 m) representando o capacete dos Dragões da Inconfidência;
- III. Lauréis: duas meias-coronas (semianéis) com raio externo 5 m e raio interno 4 m representando as folhagens ornamentais;
- IV. Espadas: dois retângulos de 2 m x 24 m tangentes aos laureis no ponto médio.

Considere que todas as regiões hachuradas são vazadas (excluídas do cálculo). Calcule e marque a alternativa que contém a área total a ser adesivada (m^2), sem aproximações, em função de π .

- A. () $556 - 25\pi$
- B. () $636 - 25\pi$
- C. () $636 - 34\pi$
- D. () $540 - 25\pi$

11ª QUESTÃO – Durante uma blitz da Polícia Militar em uma rodovia, foram abordados 100 veículos. Após análise, constatou-se que:

- 40 veículos estavam com toda a documentação em dia;
- 35 veículos estavam com licenciamento atrasado, sendo que 10 deles também apresentavam outras irregularidades;
- Os demais veículos apresentavam outras irregularidades que não incluíam licenciamento atrasado.

Considere que cada veículo se enquadra em apenas uma das três situações acima.

Escolhendo-se aleatoriamente um veículo entre os abordados, qual a probabilidade de que ele não esteja com o licenciamento atrasado?

Marque a alternativa que contém a resposta **CORRETA**.

- A. () 65%
- B. () 55%
- C. () 75%
- D. () 60%

12ª QUESTÃO – Durante um mês, uma Companhia da Polícia Militar registrou o tempo médio (em minutos) de atendimento de ocorrências em sete bairros (A, B, C, D, E, F, G):

Tempos médios por bairro:

A: 12 — B: 14 — C: 16 — D: 18 — E: 20 — F: 16 — G: 16

Além disso, o número de ocorrências atendidas no mês, em cada bairro, foi:

A: 1 — B: 1 — C: 1 — D: 1 — E: 4 — F: 1 — G: 3.

Com base nesses dados e, em relação à variável “tempos médios por bairro”, marque a alternativa que contém, respectivamente, a **média aritmética simples**, a **mediana**, e a **média ponderada** considerando, como pesos, as quantidades de ocorrências por bairro.

- A. () 17; 16; 16
- B. () 16; 15; 17
- C. () 16; 16; 17
- D. () 16; 16; 16

13ª QUESTÃO – Em uma operação na área do Batalhão X, três viaturas (V1, V2 e V3) são escaladas para cobrir três bairros (B1, B2 e B3). Em cada turno regular, a V1 cobre 2 ocorrências em B1, 1 ocorrência em B2 e 1 ocorrência em B3. Da mesma forma, a V2, em cada turno regular, cobre 1 ocorrência em B1, 2 ocorrências em B2 e 1 ocorrência em B3. Por fim, a V3, em cada turno regular, cobre 1 ocorrência em B1, 1 ocorrência em B2 e 2 ocorrências em B3.

Sendo assim, podemos simbolizar:

V1 (por turno regular): (B1, B2, B3) = (2,1,1).

V2 (por turno regular): (B1, B2, B3) = (1,2,1).

V3 (por turno regular): (B1, B2, B3) = (1,1,2).

Em exatamente um dos turnos do período, houve reforço da V1 em B1: nesse turno específico, a V1 registrou (3,1,1) (ou seja, +1 em B1 em relação ao regular).

Ao final do período, os totais foram: B1 = 13, B2 = 11 e B3 = 13 ocorrências. Quantos turnos cada viatura trabalhou no total? (Considere que o reforço conta como um turno adicional da V1). Marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () V1 = 4 turnos; V2 = 2 turnos; V3 = 4 turnos
- B. () V1 = 4 turnos; V2 = 3 turnos; V3 = 3 turnos
- C. () V1 = 5 turnos; V2 = 1 turno; V3 = 4 turnos
- D. () V1 = 4 turnos; V2 = 3 turnos; V3 = 4 turnos

DIREITO CONSTITUCIONAL

14ª QUESTÃO – Considerando o que prevê a **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88)** sobre estado de sítio e estado de defesa é **CORRETO** afirmar que:

- A. () Para decretar o estado de sítio, o Presidente da República não depende de prévia autorização do Congresso Nacional.
- B. () O presidente da República deverá solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar estado de defesa.
- C. () Terá abrangência geral e aplicação em todo o território nacional o decreto que instituir o estado de defesa para restabelecer a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional.
- D. () Decretado o estado de sítio pela hipótese de comoção grave de repercussão nacional, seu prazo não poderá ser superior a trinta dias, podendo ser prorrogado por novos períodos de até trinta dias, quantas vezes for necessário.

15ª QUESTÃO – Analise o texto abaixo e ao final responda ao que se pede.

Um casal de brasileiros foi trabalhar no exterior, sem estarem a serviço da República Federativa do Brasil, e lá tiveram um filho. Esse filho foi devidamente registrado em repartição brasileira e, ao completar vinte e quatro anos de idade, ele veio ao Brasil para residir. Em razão de seu envolvimento com atividades políticas no país de nascimento, ele decidiu, ainda com vinte e quatro anos de idade, se candidatar a um cargo político no Brasil.

Com base na **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, marque a assertiva **CORRETA**.

- A. () Ele será considerado brasileiro naturalizado, e, portanto, não poderá se candidatar aos cargos políticos em território nacional. Seria considerado brasileiro nato, apenas se atingida a maioridade, manifestasse, em qualquer tempo, a opção pela nacionalidade brasileira.
- B. () Ele será considerado brasileiro nato, pois teve a aquisição da nacionalidade brasileira originária pelo simples ato de registro em repartição consular brasileira, e poderá se candidatar a Deputado Estadual, mas não a Governador, tendo em vista que, para governador, é exigida idade mínima de trinta anos.
- C. () Ele será considerado brasileiro nato somente se um dos pais for brasileiro nato e, portanto, pela sua idade, poderá se candidatar para Vereador, mas não para Deputado Federal.
- D. () Ele será considerado brasileiro naturalizado, e, portanto, não poderá se candidatar para Deputado Federal, esse que é cargo privativo de brasileiro nato.

16ª QUESTÃO – Considere que um servidor público da administração direta assumiu um mandato eletivo. Com base na **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88)**, em relação ao que se aplica a esse servidor, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- B. () Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- C. () Investido no mandato de Vereador, será afastado do cargo, emprego ou função, ainda que haja compatibilidade de horários, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- D. () Investido no mandato de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

17ª QUESTÃO – No que tange aos diversos aspectos do **Direito Constitucional**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Uma emenda à Constituição Federal é promulgada pelo Presidente da República, e ela ocorre pelo chamado Poder Constituinte Difuso, pois há atuação conjunta do Poder Legislativo e do Poder Executivo.
- B. () A emenda à Constituição Federal nº 135, de 20/12/2024, promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ocorreu pela atuação do chamado Poder Constituinte Revisor.
- C. () Havendo alteração na Constituição Federal, através de emenda constitucional, tem-se a chamada atuação do Poder Constituinte Derivado Reformador, que é considerado limitado e condicionado pelo Poder Constituinte Originário.
- D. () A alteração da Constituição Federal, através das emendas constitucionais, ocorre por intermédio do Poder Constituinte Derivado Decorrente, sendo considerado subordinado, limitado e condicionado.

18ª QUESTÃO – Sobre o tema **Controle de Constitucionalidade** marque a assertiva **CORRETA**.

- A. () O Supremo Tribunal Federal (STF) não admite a interposição de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para uma lei já revogada.
- B. () O Juiz, em estágio probatório, não pode declarar a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo de maneira incidental.
- C. () Nos tribunais, as turmas ou câmaras têm competência para declarar, com efeito erga omnes, a inconstitucionalidade de uma lei ou de um ato normativo do Poder Público.
- D. () Em relação aos momentos de Controle de Constitucionalidade, o chamado controle prévio ou preventivo é executado pelos poderes Legislativo e Judiciário, não se aplicando ao Executivo, pois esse atua exclusivamente em caráter repressivo, por exemplo, no Veto.

19ª QUESTÃO – De acordo com o que está expressamente previsto na **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, marque a alternativa que **NÃO** se inclui entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

- A. () Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- B. () Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- C. () Promover a dignidade da pessoa humana.
- D. () Garantir o desenvolvimento nacional.

20ª QUESTÃO – Acerca das disposições da **Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 (CEMG/89)**, marque a assertiva **CORRETA**.

- A. () A Justiça Militar é constituída, em primeiro grau, pelos Juízes de Direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo Tribunal de Justiça Militar e pelo Conselho Permanente de Justiça.
- B. () As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em plenitude aos Oficiais e Praças da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos, postos e uniforme militares.
- C. () Compete concorrentemente ao Governador do Estado e ao Presidente da Assembleia Legislativa exercer o comando superior da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, promover seus oficiais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.
- D. () São símbolos do Estado a bandeira, o hino e o brasão, definidos em lei.

DIREITO PENAL

21ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Decreto-Lei nº 2.848/40 – Código Penal**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Semprônio, estando em território brasileiro, efetuou um disparo de arma de fogo que atingiu Mévio, que estava próximo à fronteira, porém, já em território paraguaio, causando-lhe lesões corporais. Neste caso, pode se considerar que o fato ocorreu tanto em território brasileiro quanto em território paraguaio em razão da adoção, pelo Código Penal, da teoria da ubiquidade.
- B. () No dia 02 de janeiro de 2013, entrou em vigor a Lei X, que previa como crime determinada conduta. O referido diploma legal se tratava de uma lei temporária, conforme previsto expressamente em seu texto e estava programada para vigorar do dia 02 de janeiro de 2013 ao dia 01 de julho do mesmo ano. No dia 05 de maio de 2013, Caprício, indivíduo maior de idade, praticou conduta criminosa tipificada pela Lei X. No dia 02 de julho de 2013, entrou em vigor a Lei Y, que não deu continuidade normativo-típica à conduta adotada por Caprício, tipificada como crime pela Lei X. Nesta hipótese, conforme disposição expressa do Código Penal brasileiro, razão assistirá a Caprício em invocar em seu favor a retroatividade da lei penal mais benéfica, pleiteando não sofrer responsabilização penal pelo comportamento adotado na vigência da Lei X, mas supervenientemente tornado atípico pela Lei Y.
- C. () No dia 10 de abril de 2024, Asprônio se encontrava em uma casa noturna, comemorando sua aprovação na primeira fase de um concurso público, quando, em dado momento, iniciou uma discussão com Prisco, por este ter derrubado uma taça de vinho em sua camisa branca. Em dado momento, Asprônio desferiu golpes de canivete em Prisco, tendo o autor sido preso em flagrante delito por policiais militares. A vítima foi socorrida ao Hospital Municipal Alfa, mas, apesar dos esforços médicos, acabou falecendo no dia 12 de abril do mesmo ano. Nessa situação hipotética, de acordo com previsão do Código Penal, considerar-se-á o crime praticado em 12 de abril de 2024, data do resultado naturalístico da conduta delituosa.
- D. () Tício, indivíduo de 35 anos, foi condenado pela prática de crime, capitulado na Lei A. Dois anos após o trânsito em julgado do mandado condenatório e estando o réu preso em regime fechado como consequência da condenação, entrou em vigor a Lei B, mais benéfica, que tornou atípica sua conduta. Tício não poderá ser beneficiado com a aplicação retroativa da lei nova, considerando o trânsito em julgado da condenação e a incidência do princípio da irretroatividade da lei penal.

22ª QUESTÃO – De acordo com o Decreto-Lei nº 2.848/40 – Código Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), marque a alternativa CORRETA.

- A. () Na hipótese do chamado erro sobre a pessoa, conforme previsão expressa do Código Penal pátrio, se o agente Mévio pretende praticar um crime contra o indivíduo Caio, mas acaba por atingir Tício, pessoa diversa da pretendida, serão consideradas as condições ou qualidades de Tício, vítima real da ação criminosa.
- B. () Em uma avenida movimentada do centro comercial do Município Beta, Prízio, maior de idade, empregou violência, com a finalidade de subtrair o celular de Caprzio Júnior, adolescente de treze anos, que se encontrava transitando a pé na localidade. O autor foi perseguido por uma dupla de policiais militares, que acompanharam visualmente a ação criminosa, sendo o autor capturado e preso dois quarteirões à frente. O pertencente foi recuperado. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, considerar-se-á o roubo como tentado, sujeitando-se a pena do crime consumado diminuída de um a dois terços, pois a consumação demandaria a posse desvigiada, mansa e pacífica da *res* delitiva pelo criminoso.
- C. () De acordo com o Código Penal brasileiro, o erro sobre elemento constitutivo do tipo penal exclui o dolo, porém admite a punição pelo tipo culposo, se previsto em lei.
- D. () Públío, agente de Polícia Federal, valendo-se de uma arma de fogo, devidamente registrada em seu nome, interveio em um roubo e, estando amparado pela excludente de ilicitude da legítima defesa, atirou contra os autores, para repelir agressão atual à integridade física própria e da vítima do aludido crime contra o patrimônio. Nesta hipótese, caso haja excesso na atuação do policial, o Código Penal admite punição somente a título de dolo.

23ª QUESTÃO – De acordo com o Decreto-Lei nº 2.848/40 – Código Penal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), marque a alternativa CORRETA.

- A. () Tício, indivíduo maior de idade, direcionado a roubar a carteira de Mévio, desferiu-lhe dois disparos de arma de fogo, os quais atingiram região vital e culminaram em sua morte. Várias pessoas que ouviram os disparos, saíram de sua residência, o que fez com que o autor evadisse, sem levar consigo os pertences de Mévio. Segundo a jurisprudência do STF, é indispensável a subtração dos bens da vítima, para que se configure o latrocínio, não sendo a morte o bastante para sua caracterização.
- B. () Públío, empresário do ramo alimentício e proprietário do estabelecimento Alfa Marmitaria, que conta com 32 empregados, deixou de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos seus empregados contribuintes, no prazo e na forma legal. Neste caso, o Código Penal faculta ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a pena de multa se Públío for primário e de bons antecedentes, e desde que tenha promovido, após o início da ação penal e antes de proferida a sentença, o pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessórios.
- C. () Asprônio Caprzio, maior de idade e morador do edifício Beta. Na tarde de uma determinada data, quando se encontrava em sua residência, atendeu a um chamado ao interfone, em que um indivíduo se identificou como entregador de uma compra realizada na internet. Embora não tivesse comprado nada, foi ao encontro do entregador e recebeu e se apropriou de uma caixa, destinada à pessoa de Semprônio Caprzio, morador do mesmo edifício, mas de andar e unidade diferentes, apesar da coincidência do sobrenome. Segundo o Código Penal, é penalmente atípica a conduta do agente que se apropria de coisa alheia vinda ao seu poder por erro de outrem.
- D. () Prízio, maior de idade, subtraiu o celular de um transeunte, mediante grave ameaça, exercida com emprego de um revólver municiado. O Código Penal, para este caso, estabelece causa de aumento de pena específica, considerando o emprego de arma de fogo como meio para o exercício da conduta criminosa.

24ª QUESTÃO – De acordo com o **Decreto-Lei nº 2.848/40 – Código Penal**, marque a alternativa CORRETA.

- A. () O Código Penal considera feminicídio a conduta do agente que mata mulher, por razões de menosprezo ou discriminação à condição de mulher, prevendo majorante, na hipótese de o crime ser praticado na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.
- B. () Embora o Código Penal criminalize a conduta da gestante que provoca aborto em si própria, via de regra, é atípica a conduta da agente, maior de idade, que meramente consente que outrem lhe provoque.
- C. () Mévio, maior de idade, instigou Prízio, adolescente de treze anos, à automutilação. Caso a automutilação resulte na morte de Prízio, Mévio responderá pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou pelo crime de automutilação na modalidade qualificada.
- D. () O Código Penal dispõe que o homicídio cometido contra membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Advocacia Pública ou contra oficial de justiça, quando praticado no exercício da função ou em razão dela, bem como contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até o terceiro grau, em decorrência dessa condição, será qualificado. Tal previsão, entretanto, não se estende ao parentesco por afinidade, sob pena de violação ao princípio da legalidade que orienta o Direito Penal pátrio.

25ª QUESTÃO – De acordo com o **Decreto-Lei nº 2.848/40 – Código Penal**, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Nos termos do Código Penal, quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. Nesse sentido, é correto inferir que, para o Direito Penal pátrio, em termos de concurso de agentes, é irrelevante a existência de unidade de infração penal para todos os agentes, e de um vínculo subjetivo entre eles.
- B. () Semprônio, Tízio e Mévio, todos maiores de idade, ajustaram-se para prática do furto de peças de picanha, que se encontravam armazenadas no depósito do Supermercado Alfa. O trio planejou acessar o estabelecimento à noite, quando não se encontrava em funcionamento. Na noite programada para execução da ação criminosa, em virtude de chuva torrencial que caiu naquela data, Semprônio fez uma videochamada com os demais, cada qual ainda em sua residência, e, em comum acordo, optaram por não cometer o delito. Segundo o Código Penal, os indivíduos não serão punidos pelo furto, pois o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- C. () No caso de configuração da participação de menor importância, o Código Penal prevê a absolvição ou minoração da pena conforme se mostre suficiente e necessário para a reprovação do delito.
- D. () Segundo previsão contida no Código Penal e considerando o princípio da individualidade da pena, são incomunicáveis as condições de caráter pessoal dos agentes, ainda que constituam elementares do tipo penal incriminador.

26ª QUESTÃO – De acordo com o **Decreto-Lei nº 2.848/40 – Código Penal**, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Semprônio, homem, maior de idade, praticou ato libidinoso diverso da conjunção carnal com Astrogilda, mulher e também maior de idade, tendo Semprônio valido-se de meio que dificultava a livre manifestação de vontade de Astrogilda. Nesta hipótese, o agente não responderá por estupro de vulnerável, mas sim pelo crime de violação sexual mediante fraude, com possibilidade de aplicação concomitante de pena de multa, se o delito for cometido com o fim de obter vantagem econômica.

- B. () Públia, homem, maior de idade, induz Mévio, adolescente de 12 anos, a satisfazer a lascívia de Krínia, homem e maior de idade. Públia responderá por crime de estupro de vulnerável.
- C. () O agente que pratica, na presença de menor de 14 anos, conjunção carnal, a fim de satisfazer lascívia própria, responderá por corrupção de menores, segundo disposição do Código Penal.
- D. () Fulano de Tal, homem, maior de idade e gestor administrativo da Sociedade Empresária Alfa, com o intuito de obter favorecimento sexual, constrangeu Brigildite, mulher, maior de idade e secretária administrativa, em relação a quem o agente masculino exerce chefia. No caso em tela, Fulano de Tal responderá pelo crime de importunação sexual, punido com pena de reclusão pelo Código Penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

27ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Decreto-Lei nº 3.689/41 – Código de Processo Penal**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o Delegado de Polícia poderá requisitar às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações a imediata disponibilização de meios técnicos adequados que permitam a localização dos suspeitos do delito em andamento, incluindo o conteúdo das comunicações, sendo, em qualquer hipótese, prescindível prévia autorização judicial, bastando a imediata comunicação ao juiz, dada a urgência da medida.
- B. () Semprônio, Delegado de Polícia Federal, no curso de um Inquérito Policial que presidia, concluiu seus trabalhos apuratórios pela atipicidade da conduta imputada ao investigado. Na referida hipótese, é possível que o Delegado expeça minucioso relatório do que tiver sido apurado, mandando arquivar os autos do Inquérito.
- C. () A Polícia Civil do Estado X, na pessoa do Delegado de Polícia responsável pela investigação, instaurou expediente de Inquérito Policial, para apurar notícia-crime de sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal). Nesse sentido, a partir do disposto no Código de Processo Penal, extrai-se ser defeso ao Delegado requisitar, diretamente, de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais de suspeitos, por se tratar de medida sujeita à reserva de jurisdição.
- D. () Entre outras providências, o Código de Processo Penal atribui à autoridade policial, tão logo tenha conhecimento da infração penal, o dever de colher informações acerca da existência de filhos da pessoa presa, suas idades, eventuais deficiências, bem como o nome e o contato do responsável indicado para os cuidados em relação a esses.

28ª QUESTÃO – De acordo com o **Decreto-Lei nº 3.689/41 – Código de Processo Penal**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Cadeia de custódia alude ao conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio, em diferentes etapas, cuja primeira é o isolamento.
- B. () No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, para a comparação, poderão servir quaisquer documentos que a dita pessoa reconhecer ou já tiverem sido judicialmente reconhecidos como de seu punho, ou sobre cuja autenticidade não houver dúvida.
- C. () Quando a infração deixar vestígios, por se tratar de fato evidente, será dispensável o exame de corpo de delito. Dar-se-á, entretanto, prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher.
- D. () Mévio foi preso em flagrante delito por policiais militares por ter sido encontrado, logo depois, com instrumentos que fizeram presumir ser ele o autor de crime e foi conduzido à sede da Delegacia de Polícia Civil do município Ômega, para lavratura do competente Auto de Prisão em Flagrante. Durante a realização do interrogatório policial, na presença de seu advogado, o conduzido invocou o direito

ao silêncio, o que foi utilizado pelo Delegado de Polícia para ratificar a prisão, presumindo confissão. Nesta hipótese, conforme disposição expressa do Código de Processo Penal, agiu acertadamente o Delegado de Polícia, tendo em vista a natureza jurídica híbrida do ato de interrogatório, como meio de defesa do investigado e momento destinado à apresentação de suas alegações sobre a imputação.

29ª QUESTÃO – De acordo com o **Decreto-Lei nº 3.689/41 – Código de Processo Penal**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () O Código de Processo Penal elenca hipóteses de vedação à celebração do acordo de não persecução penal, entre elas, ter sido o agente beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração com a suspensão condicional da pena e a existência de elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, ainda que insignificantes as infrações penais pretéritas.
- B. () Tício, investigado pelo cometimento de determinado crime sem violência ou grave ameaça e com pena mínima de dois anos, satisfeitos os requisitos legais insculpidos no Código de Processo Penal, celebrou acordo de não persecução penal. Assim, após cumprido integralmente o acordo, o juiz competente decretará a extinção da punibilidade, sendo vedada qualquer menção da celebração e do cumprimento em certidão de antecedentes criminais do agente, para qualquer fim.
- C. () O acordo de não persecução penal é um negócio jurídico extrajudicial, sujeito à homologação judicial. Essa homologação deve ocorrer em audiência, ocasião em que o juiz deverá verificar a legalidade da proposta e a espontaneidade da aceitação por parte do investigado, mediante sua oitiva, acompanhado, ou não, de seu defensor.
- D. () Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, com concordância do investigado e seu defensor. Por outro lado, se considerar que a proposta não atende aos requisitos legais poderá recusar a homologação.

30ª QUESTÃO – Em relação às previsões do **Decreto-Lei nº 3.689/41 – Código de Processo Penal**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () A renúncia ao exercício do direito de queixa aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.
- B. () Prisco comparece à sede do Ministério Público com atuação no município Alfa, tendo apresentado representação escrita e entregado documentos que seriam aptos a comprovar suas alegações, a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime, e sua condição de ofendido em crime de ação penal pública. Cumpridas as formalidades legais do exercício do direito de representação, o Promotor de Justiça está vinculado a encaminhar a representação e a documentação instrutória à autoridade policial, não existindo hipótese de dispensa do competente Inquérito Policial, ainda que as peças forneçam elementos que habilitem à promoção da ação penal.
- C. () O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.
- D. () Prisco, vítima de crime de ação penal privada, em tese, praticado por Públia, Tício e Mévio, concedeu perdão apenas a este último indivíduo. Conforme expresso no Código de Processo Penal, o perdão concedido a Mévio aproveitará a todos querelados, independentemente de aceitação.

31ª QUESTÃO – Analise as assertivas abaixo sobre as disposições da **Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 – Dispõe sobre a Prisão Temporária**, o **Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941 – Código de Processo Penal - CPP**, bem como a **Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF)** e a interpretação conferida pela Suprema Corte a esse respeito, e marque V (Verdadeiro) ou F (Falso):

- () A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, sendo cabível tanto na fase de Inquérito Policial, quanto no curso da ação penal.
- () A decisão que decretar, substituir ou denegar a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada. Nesse sentido, não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que se limite à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida.
- () Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- () O Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria, conferiu interpretação conforme à Constituição Federal ao art. 1º da Lei nº 7.960/89, estabelecendo requisitos obrigatórios e cumulativos para a decretação da prisão temporária. Segundo a Corte, essa modalidade de prisão somente é admissível quando: (i) for imprescindível às investigações do Inquérito Policial; (ii) houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado; (iii) for justificada em fatos novos ou contemporâneos; (iv) for adequada à gravidade concreta do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado; e (v) revelar-se insuficiente a aplicação de medidas cautelares diversas.

Marque a alternativa que corresponda, na ordem de cima para baixo, à sequência **CORRETA**.

- A. () F, V, V, V.
- B. () V, F, V, F.
- C. () F, V, V, F.
- D. () V, F, F, V.

32ª QUESTÃO – De acordo com o **Decreto-Lei nº 3.689/41 – Código de Processo Penal**, ENUMERE a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, ao final, responda ao que se pede:

- | | |
|----------------------|--|
| (1) Coleta | () Exame pericial em si, manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito. |
| (2) Acondicionamento | () Procedimento referente à guarda, em condições adequadas, do material a ser processado, guardado para realização de contraperícia, descartado ou transportado, com vinculação ao número do laudo correspondente. |
| (3) Processamento | () Procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento. |
| (4) Armazenamento | () Procedimento referente à liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial. |
| (5) Descarte | () Ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza. |

Marque a alternativa que contém a sequência **CORRETA** de respostas, na ordem de cima para baixo.

- A. () 5, 4, 2, 1, 3.
- B. () 3, 4, 2, 5, 1.
- C. () 3, 2, 4, 5, 1.
- D. () 5, 1, 2, 4, 3.

DIREITO ADMINISTRATIVO

33ª QUESTÃO – Considerando o Direito Administrativo, especialmente em relação a Concessão, Permissão e Autorização de Serviço Público, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda ao que se pede.

- I A permissão de serviço público é, tradicionalmente, considerada ato discricionário e precário, pelo qual o Poder Público transfere a outrem a execução de um serviço público, para que o exerça em seu próprio nome e por sua conta e risco, mediante tarifa paga pelo usuário.
- II Em relação a concessão e permissão de serviço público, a diferença está, também, na forma de constituição, pois a concessão decorre de acordo de vontades e, a permissão, de ato unilateral.
- III Com relação à autorização de serviço público, este constitui ato unilateral, discricionário e precário pelo qual o poder público delega a execução de um serviço público de sua titularidade, para que o particular o execute predominantemente em seu próprio benefício.
- IV A autorização de serviço público não depende de licitação, porque, sendo o serviço prestado no interesse exclusivo ou predominante do beneficiário, não há viabilidade de competição.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- D. () Todas as assertivas estão corretas.

34ª QUESTÃO – Considerando o Controle da Administração Pública, podemos afirmar que este abrange não só os órgãos do Poder Executivo, incluindo a administração direta e a indireta, mas também os demais Poderes, quando exerçam função tipicamente administrativa. Nesta temática, avalie as assertivas abaixo e marque a opção **CORRETA**.

- A. () No caso do Ministério da Saúde, por meio de sua Auditoria Interna, realizar uma fiscalização para verificar a regularidade dos gastos e a eficiência dos programas de qualificação profissional executados pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, que faz parte do próprio Ministério da Saúde, poderemos dizer que se trata de um caso de controle externo.
- B. () Quanto ao aspecto da atividade administrativa, o controle pode ser de legalidade, o qual é exercido pelo poder judiciário, ou de método/procedimento, de competência privativa do poder legislativo.
- C. () O controle constitui poder-dever dos órgãos a que a lei atribui essa função, precisamente pela sua finalidade corretiva; ele não pode ser renunciado nem retardado, sob pena de responsabilidade de quem se omitir.
- D. () O controle é atribuição estatal, o administrado em regra não participa dele, tampouco pode provocar o procedimento de controle, exceção feita nos casos de defesa de seus interesses individuais.

35ª QUESTÃO – Considerando o descrito na **Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos**, é **CORRETO** afirmar que é inexigível a licitação.

- A. () Quando inviável a competição.
- B. () Quando não surgiram licitantes interessados.
- C. () Quando não foram apresentadas propostas válidas.
- D. () Para aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.

36ª QUESTÃO – Acompanhe o diálogo abaixo entre quatro interlocutores:

- Ei, Luiza. Você sabe para que serve o Portal Nacional de Contratações Públicas? perguntou Clarice.
- Bom, serve para realizar a divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021. Respondeu Luiza.

Eduardo, que estava na conversa, disse em seguida:

- Não só isso, serve também para a realização facultativa das contratações pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos.

Pedro, que acompanhava o diálogo dos amigos, afirmou por fim:

- No Portal Nacional de Contratações Públicas é possível encontrar, dentre outras informações, as atas de registro de preços, contratos e termos aditivos acerca das contratações.

Analisando o diálogo acima e observado o descrito na **Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos**, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () Apenas Luiza está correta em sua afirmativa.
- B. () Apenas Luiza e Pedro estão corretos em suas afirmativas.
- C. () Apenas Luiza e Eduardo estão corretos em suas afirmativas.
- D. () Luiza, Eduardo e Pedro estão corretos em suas afirmativas.

37ª QUESTÃO – De acordo com o **Decreto Estadual nº 45.969, de 24/05/2012 – Regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo, ENUMERE** a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, ao final, responda ao que se pede:

- | | |
|-----------------------------|--|
| (1) Custódia | () Autorização por escrito concedida por autoridade competente, que habilita o agente público estadual no efetivo exercício de cargo, função, emprego ou atividade pública a ter acesso a documentos, dados e informações sigilosas. |
| (2) Dado público | () Responsabilidade pela guarda de documentos, dados e informações. |
| (3) Arquivos públicos | () Conjuntos de documentos produzidos, recebidos e acumulados por órgãos públicos, autarquias, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista, entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos e organizações sociais, no exercício de suas funções e atividades. |
| (4) Classificação de sigilo | () Atribuição, pela autoridade competente, de grau de sigilo a documentos, dados e informações. |
| (5) Credencial de segurança | () Sequência de símbolos ou valores, representado em algum meio, produzido ou sob a guarda governamental, em decorrência de um processo natural ou artificial, que não tenha seu acesso restrito por legislação específica. |

Marque a alternativa que contém a sequência **CORRETA** de respostas, na ordem de cima para baixo.

- A. () 5, 1, 3, 4, 2.
- B. () 1, 2, 4, 3, 5.
- C. () 5, 3, 1, 4, 2.
- D. () 4, 1, 3, 5, 2.

38ª QUESTÃO – Leia a reportagem abaixo:

DECISÃO INÉDITA

Em decisão inédita, ANPD rejeita recurso e INSS terá que publicizar infração à LGPD

Essa foi a primeira vez que o Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados julgou um recurso administrativo

Grasielle Castro

26/07/2024 | 12:05

Atualizado em 01/08/2024 às 15:47



O Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (**ANPD**) rejeitou recurso do **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** e manteve sanção à instituição para dar publicidade à infração à Lei Geral de Proteção de Dados (**LGPD**) cometida pela autarquia. O INSS foi autuado por ter comunicado à ANPD incidente de segurança, mas ter se oposto a comunicar aos titulares sobre a violação na proteção de dados. Esta é a primeira vez que o Conselho Diretor julga um recurso administrativo contra a imposição de uma sanção.

Adaptado de <https://www.jota.info/executivo/em-decisao-inedita-anpd-rejeita-recurso-e-inss-tera-que-publicizar-infracao-a-lgpd>. Acesso em 05 de setembro de 2025.

Considerando o previsto na **Lei Federal nº 13.709, de 14/08/2018** – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), marque a alternativa que **NÃO** corresponda a uma sanção administrativa aplicável, pela autoridade nacional, aos agentes de tratamentos de dados que cometam infrações às normas previstas na citada lei.

- A. () Bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até sua regularização.
- B. () Eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.
- C. () Apreensão de bens dos agentes de tratamento de dados após devidamente apurada e confirmada a ocorrência.
- D. () Proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

39ª QUESTÃO – Isaac, pessoa natural, gostaria de formular um pedido de acesso à informação. Considerando o descrito no **Decreto Estadual nº 45.969, de 24/05/2012 – Regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo**, marque a opção **CORRETA** que contém os itens que o pedido de Isaac deverá conter.

- A. () I - Nome do Requerente; II - Número dos dados bancários do requerente; III - Especificação genérica da informação requerida; IV - Endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.
- B. () I - Nome do Requerente; II - Número de documento de identificação válido; III - Especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e IV - Endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.
- C. () I - Nome do Solicitante; II - Número de CPF válido; III - Identificação de três testemunhas para atestar a veracidade das informações apresentadas no pedido; e IV - Endereço eletrônico ou residencial do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.
- D. () I - Nome do Requerente; II - Certidão negativa de antecedentes criminais; III - especificação dos motivos determinantes da solicitação de informação de interesse público; e IV - Assinatura física ou digital do solicitante.

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

40ª QUESTÃO – Com base na **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, 04/09/1942)**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Lei nova revogará lei anterior somente se houver declaração expressa.
- B. () Em regra, a lei começa a vigorar em todo o país no dia em que for oficialmente publicada.
- C. () O juiz poderá eximir-se de julgar um caso alegando não haver lei específica.
- D. () A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a parte das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

41ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe a **Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002 – Institui o Código Civil, e o entendimento do Supremo Tribunal Federal**, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda ao que se pede.

- I. A responsabilidade civil dos pais pelos atos dos filhos menores que estiverem sob sua autoridade exige a comprovação de culpa por parte dos pais.
- II. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la extinguem-se com a morte.
- III. A deterioração de coisa alheia para remover perigo iminente não constitui ato ilícito; contudo, a pessoa lesada terá direito à indenização, se não tiver concorrido para a situação de perigo.
- IV. A responsabilidade civil de jornalistas ou de órgãos de imprensa somente estará configurada em caso inequívoco de dolo ou de culpa grave (evidente negligência profissional na apuração dos fatos).
- V. Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Somente as assertivas III, IV e V, estão corretas.
- B. () Somente as assertivas III e V, estão corretas.
- C. () Somente as assertivas I e II, estão corretas.
- D. () Somente as assertivas I, II e IV, estão corretas.

42ª QUESTÃO – Pedro, estudante universitário, ao retornar para casa deixou seu computador cair, ocasionando a sua inutilização. Diante da necessidade de adquirir outro equipamento, realizou uma pesquisa em um grupo de vendas *online* e comprou de João um computador usado. Após a conclusão da compra, Pedro tomou conhecimento de que João tinha apenas 17 anos de idade. Com base na **Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002 - Institui o Código Civil**, quanto a validade do negócio jurídico realizado entre João e Pedro, e considerando que João não se enquadra nas hipóteses de emancipação, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () O negócio jurídico é nulo e, portanto, não é suscetível de confirmação, nem se convalesce pelo decurso do tempo.
- B. () A invalidade do negócio jurídico somente pode ser alegada pela parte interessada.
- C. () O negócio jurídico é anulável e, portanto, não é suscetível de confirmação, nem se convalesce pelo decurso do tempo.
- D. () É válido, pois apresenta todos os requisitos de validade do negócio jurídico.

43ª QUESTÃO – Com base na **Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002 - Institui o Código Civil**, marque a alternativa **CORRETA** sobre o direito de posse e de propriedade.

- A. () O possuidor de boa-fé responde pela perda ou deterioração da coisa mesmo que não tenha dado causa.
- B. () Ao possuidor de má-fé serão resarcidas somente as benfeitorias necessárias.
- C. () A posse justa é aquela em que o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- D. () A Usucapião é uma forma de aquisição da propriedade e aplica-se somente aos bens imóveis.

44ª QUESTÃO – Com base na **Lei nº 13.105, de 16/03/2015 - Código de Processo Civil**, analise as assertivas abaixo e marque V (Verdadeiro) ou F (Falso).

- () Constitui ato atentatório à dignidade da Justiça a prática de inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.
- () Admite-se a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- () Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que o réu, qualquer que seja sua nacionalidade, esteja domiciliado no Brasil.
- () A norma processual não retroagirá, aplicando-se apenas aos processos iniciados após sua vigência.

Marque a alternativa que corresponda, na ordem de cima para baixo, à sequência **CORRETA**.

- A. () F, V, F, V.
- B. () V, F, V, F.
- C. () V, V, V, F.
- D. () V, F, F, F.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E DIREITOS HUMANOS

45ª QUESTÃO – Com base na **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10/12/1948, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A. () Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião em grupo, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente nos casos de manifestação em locais abertos ao público.
- B. () Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.
- C. () Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por atividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.
- D. () A Assembleia Geral proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente a declaração, se esforce, através do ensino e da educação, em promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, em assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

46ª QUESTÃO – De acordo com a **Lei nº 11.340, de 07/08/2006**, conhecida como Lei Maria da Penha, bem como com o **Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940, Código Penal**, e considerando a **jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça**, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A. () Comunicam-se ao coautor ou partícipe as circunstâncias pessoais elementares do crime de feminicídio.
- B. () É possível a aplicação da Lei Maria da Penha no caso de violência doméstica praticada pelo empregador contra empregada doméstica.
- C. () É possível aplicar a Lei Maria da Penha no caso de violência praticada por neto contra avó.
- D. () Nos delitos praticados em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher é possível a consunção entre o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência e o crime de ameaça.

47ª QUESTÃO – Conforme o que está previsto, de forma expressa, na **Lei nº 13.869/2019, de 05/09/2019**, que dispõe sobre os crimes de Abuso de Autoridade, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A. () A Lei de Abuso de Autoridade traz como previsão duas hipóteses de penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade. Uma é a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, conforme prazo estabelecido na lei e com a perda dos vencimentos e das vantagens; a outra é a prestação de serviços à comunidade ou a entidades pública. Ambas as penas podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.
- B. () A sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado sob estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal, exercício regular de direito ou consentimento do ofendido, faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar.
- C. () É um dos efeitos da condenação por abuso de autoridade tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos.
- D. () Quem submete a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade a situação de violência ou outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização, responde pelo crime de Violência Institucional.

48ª QUESTÃO – De acordo com a **Lei nº 8.429/1992, de 02/06/1992**, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de Improbidade Administrativa, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () A interpretação dos critérios para a tipificação dos atos de improbidade administrativa exige sempre a análise dos efeitos lesivos causados ao erário e aos cofres públicos, não sendo possível a aplicação cumulativa das sanções, ainda que a gravidade e a abrangência dos danos assim recomendem.
- B. () O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- C. () Os atos configuradores da improbidade se restringem àqueles que causam enriquecimento ilícito por parte do agente público, excluindo as condutas que atentam contra os princípios da administração pública e causam prejuízo ao erário.
- D. () É possível a aplicação da Lei de Improbidade Administrativa em relação a atos praticados contra patrimônio de entidade privada.

49ª QUESTÃO – Considerando a **Lei Federal nº 8.072, de 25/07/1990**, que dispõe sobre os crimes hediondos e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () O crime de roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo será considerado hediondo desde que haja consumação.
- B. () Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são imprescritíveis e insuscetíveis de graça e anistia.
- C. () O avô de um Oficial da Polícia Militar é vítima de lesão corporal gravíssima. As investigações comprovam que o autor agiu dolosamente contra a vítima em razão do seu parentesco com o militar. Neste caso, o crime praticado pelo autor será considerado como hediondo.
- D. () O crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido não é considerado hediondo por se tratar de um crime de mera conduta e de perigo abstrato.

50ª QUESTÃO – Considerando a **Lei Federal nº 11.343, de 23/08/2006**, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, e considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A. () Mesmo no caso em que o autor trouxer consigo até 40 gramas de cannabis sativa ou seis plantas-fêmeas a autoridade policial e seus agentes poderão realizar a prisão em flagrante por tráfico de drogas. Nesse caso, caberá ao Delegado de Polícia consignar, no auto de prisão em flagrante, justificativa minudente para afastamento da presunção do porte para uso pessoal, sendo vedada a alusão a critérios objetivos.
- B. () Não comete infração penal quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, a substância cannabis sativa, sem prejuízo do reconhecimento da ilicitude extrapenal da conduta, com apreensão da droga e aplicação de sanções de advertência sobre os efeitos dela e medida educativa de comparecimento à programa ou curso educativo.
- C. () Será presumido usuário quem, para consumo próprio, adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, até 40 gramas de cannabis sativa ou seis plantas-fêmeas.
- D. () A autoridade policial não estará impedida de realizar a prisão em flagrante por tráfico de drogas, mesmo para quantidades inferiores a 10 gramas, quando presentes elementos que indiquem intuito de mercância.

-----corte aqui-----

RASCUNHO DO GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO

1. Para desenvolver a proposta de redação, considere os seguintes textos motivadores:

Texto 1

“Filha de 12 anos aciona a polícia e ajuda a salvar mãe de ameaças em Chapecó.

Filha de 12 anos acionou a PM após presenciar mais uma ameaça do pai contra a mãe no bairro Bela Vista.” FIGUEIREDO, Caroline. Filha de 12 anos aciona a polícia e ajuda a salvar mãe de ameaças em Chapecó. Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/filha-de-12-anos-aciona-a-policia-e-ajuda-a-salvar-mae-de-ameacas-em-chapeco>. Acesso em 10 de set. 2025.

Texto 2

“Ligação para o 190 com pedido de pizza ajuda a Polícia a resgatar vítima de violência doméstica

O atendente do Cicom de Vitória da Conquista percebeu a situação e açãoou uma viatura.”

PORTAL G1. Mulher liga para a polícia e simula pedido de pizza para denunciar violência doméstica na Bahia. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2025/09/06/mulher-liga-para-a-policia-e-simula-pedido-de-pizza-para-denunciar-violencia-domestica-na-bahia.ghtml>. Acesso em 10 de set. 2025.

Texto 3

“PMMG lança aplicativo para monitorar em tempo real ocorrências de violência contra a mulher

Ferramenta integra ações da Operação Agosto Lilás para agilizar resposta e prevenção em Minas Gerais.”

FERREIRA, Laira. PMMG lança aplicativo para monitorar em tempo real ocorrências de violência contra a mulher. Disponível em: <https://www.italiaia.com.br/ouropreto/pmmg-lanca-aplicativo-para-monitorar-em-tempo-real-ocorrencias-de-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em 05 de set. 2025.

2. Redija um texto **dissertativo-argumentativo** sobre o seguinte tema:

COMO O AGIR, NAS MAIS VARIADAS ESFERAS, PODE SALVAR VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.

3. Em sua dissertação procure ter claro, antes de começar a escrever, o que você pensa sobre o assunto.

4. Escreva seu texto numa linguagem imensoal, defendendo sua ideia por meio de uma análise com argumentos sólidos e consistentes, não apenas “achando” alguma coisa sobre o assunto.

5. Um bom texto é aquele que requer leitura sem esforço, e não aquele de difícil compreensão – embora, com frequência, seja necessário um grande esforço da parte de quem escreve para conseguir tal efeito.

6. Respeite as regras gramaticais e ordene os pensamentos em uma sequência metódica e lógica, transformando-os em palavras claras e expressivas, evitando que o leitor tenha que se esforçar para decifrá-las.

7. **DÊ UM TÍTULO À SUA DISSERTAÇÃO**, escrevendo-o no local apropriado do impresso para a produção da redação.

8. Desenvolva a sua dissertação no máximo em 30 (trinta) linhas e no mínimo em 120 (cento e vinte) palavras.

9. O valor da redação é de 100 (cem) pontos.

10. Use caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

11. Você pode escrever com letra cursiva ou de fôrma. Qualquer que seja sua opção **DIFERENCIE AS LETRAS MAIÚSCULAS DAS MINÚSCULAS.**

12. Será atribuída nota zero à redação:

- a) cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido;
- b) que fuja da tipologia, tema e proposta da redação;
- c) considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita ou em idioma diverso do Português;
- d) que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta;
- e) cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor;
- f) que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato.

Tema:

Título:

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	